

A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul.

JOSÉ LUÍS FIORI1

“Foi a necessidade de financiamento das guerras que esteve na origem desta convergência entre o poder e a riqueza. Mas desta vez, o encontro dos “príncipes” com os “banqueiros” produziu um fenômeno absolutamente novo e revolucionário: o nascimento dos “estados-economias nacionais”. Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar de um novo universo, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores”

J.L.F. , “O PODER AMERICANO”, Editora Vozes, 2004, p: 34

1. O FATO E A TEORIA

Toda análise do sistema internacional supõe alguma visão teórica, a respeito do tempo, do espaço e do movimento da sua “massa histórica”. Sem a teoria é impossível interpretar a conjuntura, e identificar os movimentos cíclicos e as “longas durações” estruturais, que se escondem e desvelam, ao mesmo tempo, através dos acontecimentos imediatos do sistema mundial. Só tem sentido falar de “grandes crises”, “inflexões” e “tendências” a partir de uma teoria que relacione e hierarquize fatos e conflitos locais, regionais e globais, dentro de um mesmo esquema de interpretação. Além disto, é a teoria que define o “foco central” da análise e a sua “linha do tempo”. Por exemplo, com relação às transformações mundiais das últimas décadas, é muito comum falar de uma “crise da hegemonia americana”, na década de 70, e reconhecer que depois disto, houve duas inflexões históricas muito importantes, em 1991 e 2001. Mas por trás deste consenso aparente, podem esconder-se interpretações completamente diferentes, dependendo do ponto de partida teórico de cada analista. Por isto, essa nossa análise da conjuntura internacional começa expondo, de forma sintética, o seu foco de observação, a sua tese central e suas principais premissas teóricas, para só depois analisar as mudanças recentes do sistema mundial, e discutir o novo lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul.

1.1. o foco da análise e a sua tese central

O foco da nossa análise se concentra no movimento de expansão, e nas transformações estratégicas do poder global dos Estados Unidos, sobretudo depois da sua “crise” dos anos 70, e da sua vitória dos anos 90. Quando os Estados Unidos assumiram, explicitamente, o projeto de construção de um império global. Mas, logo em seguida, este projeto atingiu seu limite teórico de expansão, e abriu portas – dialeticamente – para o reaparecimento e a universalização dos estados nacionais, e do seu cálculo geopolítico, que agora atinge todos os tabuleiros regionais do sistema mundial. Muitos analistas confundiram esta mudança com uma “crise terminal” do poder americano, ou do “sistema mundial moderno”, sem

perceber que neste início do século XXI, este sistema moderno de “estados-economias nacionais” alcançou sua máxima extensão e universalidade, globalizando a competição político-econômica das nações, e permitindo, desta forma, um novo ciclo de crescimento da economia internacional.

1.2. As premissas teóricas

Por trás da nossa hipótese, existe uma teoria e algumas generalizações históricas, acerca da formação, expansão e mudanças do sistema mundial que se formou no século XVI, e se consolidou nos séculos XVII e XVIII, a partir da Europa. De forma sintética, e por ordem, vejamos as suas teses principais:

i) O atual “sistema político mundial” que nasceu na Europa, no século XVI, e se universalizou nos últimos 500 anos, não foi uma obra espontânea, nem diplomática. Foi uma criação do poder, do poder conquistador de alguns estados territoriais europeus, que definiram suas fronteiras nacionais no mesmo momento em que se expandiram - simultaneamente - para fora da Europa, e se transformaram em impérios globais.

ii) Da mesma forma que o “sistema econômico mundial” que também se constituiu, neste mesmo período, a partir da Europa, não foi uma obra exclusiva dos “mercados” ou do “capital em geral”. Foi um subproduto da expansão competitiva e conquistadora de algumas economias nacionais européias que se internacionalizaram junto com seus respectivos “estados-economias“, que se transformaram, imediatamente, em impérios coloniais.

iii) Duas características distinguem a originalidade e explicam a força vitoriosa destes poderes europeus: primeiro, a maneira como os estados territoriais criaram, e se articularam, com suas economias nacionais, produzindo uma “máquina de acumulação” de poder e riqueza, absolutamente nova e explosiva - os “estados-economias nacionais”; e segundo, a maneira em que estes “estados-economias nacionais” nasceram, em conjunto, e numa situação de permanente competição e guerra, entre si, e com os poderes imperiais, de fora da Europa.

iv) Desde o início desse sistema, segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, nessa competição permanente, “quem não sobe, cai”³. Por isto, as guerras se transformaram na atividade principal dos primeiros poderes territoriais europeus, e depois seguiram sendo a atividade básica dos estados nacionais. E, com isso, as guerras acabaram cumprindo na Europa, um papel contraditório, atuando, simultaneamente, como uma força destrutiva e integradora, e promovendo uma espécie de “integração destrutiva”, de territórios e regiões que tinham se mantido distantes e separadas, até os séculos XVI e XVII, e que só passaram a fazer parte de uma mesma unidade, ou de um mesmo sistema político, depois da Guerra dos 30 anos, e da Paz de Westfália, em 1648, e das Guerras do Norte, no início do século XVIII.

v) Dentro desse novo sistema político, todos os seus estados estavam obrigados a se expandir, para poder sobreviver. Por isto se pode falar de uma “compulsão expansiva” de todo o sistema, e de cada um de seus estados territoriais, e da sua necessidade de conquista permanente, de novas posições monopólicas de poder e de acumulação de riqueza. É neste sentido que se pode dizer que, desde a formação mais incipiente do novo sistema, suas unidades competidoras tinham que se propor, em última instância, à conquista de um poder cada vez mais global, sobre territórios e populações cada vez mais amplos e unificados, até o limite teórico da monopolização absoluta e da constituição de um império político e econômico que teria uma abrangência mundial.

vi) Mas, essa tendência à centralização e à monopolização do poder e da riqueza, que nasce da competição dentro do sistema mundial nunca se realizou plenamente, nestes últimos 500 anos. E não se realizou, porque as mesmas forças que atuam na direção do poder global, atuam, também, na direção do fortalecimento do poder e dos capitais nacionais. Para ser mais preciso: a vitória e a constituição de um império mundial seria a vitória de algum estado nacional específico. Daquele que tivesse sido capaz de monopolizar o poder, até o limite do desaparecimento dos seus competidores. Mas ao mesmo tempo, sem o prosseguimento da competição, o estado ganhador não teria como seguir aumentando o seu próprio poder, como no caso da competição intercapitalista. E, nesse sentido, se pode concluir que a vitória hipotética de um único “estado-economia nacional” significaria, ao mesmo tempo, a destruição do mecanismo de acumulação de poder e riqueza que mantém o sistema mundial em estado de expansão desordenada, desequilibrada e contínua.

vii) Essa contradição do sistema mundial, impediu o nascimento de um império global, mas não impediu a oligopolização precoce do controle do poder e da propriedade da riqueza, nas mãos de um pequeno grupo de estados que se transformaram nas Grandes Potências, com capacidade de imposição da sua soberania e do seu poder muito além de suas fronteiras nacionais. Uma espécie de núcleo central do sistema, que nunca teve mais do que seis ou sete “sócios”, todos eles europeus, até o início do século XX, quando os Estados Unidos e o Japão ingressaram no “círculo governante” do mundo. Além disto, estes estados sempre colocaram barreiras à entrada de novos “sócios” e, apesar de suas relações competitivas e bélicas, sempre mantiveram entre si relações complementares.

viii) Os estados e seus capitais nacionais nem sempre andaram juntos nas suas competições econômicas e político-militares, mas na hora da escassez de recursos essenciais aos estados e aos capitais privados, sua aliança nacional se estreitou até o limite do enfrentamento conjunto das guerras. Por sua vez, também entre os estados e os capitais nacionais competidores, houve sempre convivência, complementaridade e até alianças e fusões, ao lado da competição, dos conflitos e das guerras. Às vezes predominou o conflito, às vezes a complementaridade, mas foi esta “dialética” que permitiu a existência de períodos mais ou menos prolongados de paz e crescimento econômico convergente entre as Grandes Potências. E só em alguns momentos excepcionais, em geral depois de grandes guerras, é que a potência vencedora pôde exercer uma “hegemonia benevolente”, dentro do grupo das Grandes Potências, e com relação ao resto do mundo, graças ao interesse comum na reconstrução do sistema recém destruído.

ix) Até o fim do século XVIII, o “sistema político mundial” se restringia aos estados europeus e seus impérios, aos quais se agregaram no século XIX, os estados americanos, e depois, no século XX, os novos estados africanos e asiáticos. Algo diferente aconteceu com o “sistema econômico mundial” que sempre incluiu as economias coloniais dentro da divisão internacional do trabalho definida pelas necessidades das metrópoles.

x) Foi só no final do século XX, que o sistema mundial universalizou, definitivamente, a grande invenção dos europeus que foram os seus “estados-economias nacionais”. Mas com isto, também, o sistema mundial se fragmentou, dando origem a várias estruturas políticas e econômicas regionais, e a multiplicação das lutas pela liderança ou hegemonia dentro destes subsistemas. Uma espécie de etapa prévia indispensável aos candidatos à luta pelo poder global.

xi) Concluindo, do nosso ponto de vista, qualquer discussão sobre o futuro do atual sistema mundial, e sobre as perspectivas dos seus estados ou “potências emergentes”, deve partir de três convicções preliminares: i) no “universo em expansão” dos “estados-economias nacionais”, não há possibilidade lógica de uma “paz perpétua”, nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis; ii) não existe a possibilidade de que as Grandes Potências possam praticar, de forma permanente, uma política só voltada para a preservação do status quo, isto é, elas serão sempre expansionistas, mesmo quando já tenham conquistado e se mantenham no topo das hierarquias de poder e riqueza do sistema mundial; iii) por isto, o líder ou hegemôn, é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica, porque, “quem não sobe, permanentemente, cai”, dentro deste sistema mundial; e, finalmente, iv) não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo, saia - alguma vez - das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

2. O PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS

2.1. Expansão, hegemonia e projeto imperial

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que se formou fora da Europa. Mas sua conquista e colonização foi uma obra do expansionismo europeu, assim como sua guerra de independência foi uma “guerra européia”. E seu nascimento foi – ao mesmo tempo – o primeiro passo do processo de universalização do sistema político interestatal, inventado pelos europeus, e que só se completaria, no final do século XX. Além disso, depois da independência das 13 Colônias, em 1776, os Estados Unidos se expandiram de forma contínua, como aconteceu com todos os estados nacionais que já se haviam transformado em Grandes Potências, e em Impérios Coloniais.

Pelo caminho das guerras ou dos mercados, os Estados Unidos anexaram a Flórida em 1819, o Texas em 1835, o Oregon em 1846, e o Novo México e a Califórnia em 1848. E no início do século XIX, o governo dos Estados Unidos já havia ordenado duas “expedições punitivas”, de tipo colonial, no norte da África, onde seus navios bombardearam as cidades de Tripoli e Argel, em 1801 e 1815. Por outro lado, em 1784, um ano apenas depois da assinatura do Tratado de Paz com a Grã Bretanha, já chegavam aos portos asiáticos os

primeiros navios comerciais norte-americanos, e meio século depois, os Estados Unidos, ao lado das Grandes Potências econômicas européias, já assinavam ou impunham Tratados Comerciais, à China, em 1844, e ao Japão, em 1854. Por fim, na própria América, quatro décadas depois da sua independência, os Estados Unidos já se consideravam com direito à hegemonia exclusiva em todo continente, e executaram sua Doutrina Monroe intervindo em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893. E, finalmente, declararam e venceram a guerra com a Espanha, em 1898, conquistando Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, para logo depois intervir no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906, e, de novo, no Haiti, em 1912. Por fim, entre 1900 e 1914, o governo norte-americano decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e confirmou a situação do Caribe e da América Central como sua “zona de influência” imediata e incontestável.

Na 1ª. Guerra Mundial, os Estados Unidos tiveram uma participação decisiva para a vitória da Grã Bretanha e da França, na Europa, e nas decisões da Conferência de Paz de Versailles, em 1917. Mas foi só depois da 2ª. Grande Guerra que os norte-americanos ocuparam o lugar da Grã Bretanha dentro do sistema mundial, impondo sua hegemonia na Europa e na Ásia, e um pouco mais a frente, no Oriente Médio, depois da Crise de Suez, em 1956. Foi neste período de reconstrução da Europa, da Ásia e do próprio sistema político e econômico mundial, que os Estados Unidos lideraram - até a década de 70 - uma experiência sem precedentes de “governança mundial” baseada em “regimes internacionais” e “instituições multilaterais”, tuteladas pelos norte-americanos. A engenharia deste novo sistema apoiou-se na bipolarização geopolítica do mundo, com a União Soviética, e numa relação privilegiada dos Estados Unidos com a Grã Bretanha, e com os “povos de língua inglesa”. Mas além disto, tiveram papel decisivo no funcionamento dessa nova “ordem regulada”: a unificação européia, sob proteção militar da OTAN, e a articulação econômica – original e virtuosa - dos Estados Unidos com o Japão e a Alemanha, que foram transformados em “protetorados militares” norte-americanos e em líderes regionais do processo de acumulação capitalista, na Europa e no Sudeste Asiático.

Esse período de reconstrução do sistema mundial, e de “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos, durou até a década 70, quando os Estados Unidos perderam a Guerra do Vietnã e abandonaram o regime monetário e financeiro internacional, criado sob sua liderança, na Conferência de Bretton Woods, no final da 2ª. Guerra Mundial. Foi quando se falou de uma “crise de hegemonia”, e muitos pensaram que fosse o final poder americano. Existe uma interpretação dominante, sobre esta “crise da hegemonia americana”, da década de 70, que realça, no campo geopolítico, as derrotas militares e os fracassos diplomáticos dos Estados Unidos, no Vietnã - e seu “efeito dominó” no Laos e no Camboja - mas também na África, na América Central, e no Oriente Médio, culminando com a a revolução xiita e a “crise dos reféns”, no Irã, e a invasão soviética do Afeganistão, já no final da década, em 1979. Essa mesma interpretação costuma destacar, pelo lado econômico, o fim do “padrão dólar”, a subida do preço do petróleo, a perda de competitividade da economia norte-americana, e a primeira grande recessão econômica mundial, depois da 2ª. Grande Guerra. Uma sucessão de acontecimentos que teriam fragilizado e desafiado o poder americano, provocando uma avassaladora resposta conservadora, na década de 80. Uma resposta que teria permitido a “retomada da hegemonia”, e teria dado origem às principais transformações do sistema mundial, no fim século XX.

Mas existe outra maneira - mais dialética - de ler estes mesmos acontecimentos, a partir do processo da reconstrução do sistema mundial, e do sucesso da hegemonia norte-americana, depois do fim da 2ª. Guerra Mundial. Deste ponto vista, o renascimento competitivo da Alemanha e do Japão foi uma consequência necessária do crescimento econômico capitalista da “era de ouro”, e da estratégia norte-americana de articulação preferencial da sua economia com as economias alemã e japonesa, induzida pela Guerra Fria, dentro da Comunidade Européia, e pela Revolução Chinesa e as Guerras da Coreia e do Vietnã, no Sudeste Asiático. Foi este mesmo sucesso econômico, e o consequente fortalecimento da Alemanha Ocidental que permitiu que o governo social-democrata de Willie Brandt tomasse a iniciativa de se aproximar da União Soviética, sem consultar aos Estados Unidos. Dando início à segunda movida geopolítica mais importante do início da década de 70, a Ostpolitik, que seria mantida e aprofundada, depois da reunificação da Alemanha,⁶ e do reaparecimento da Rússia no tabuleiro geopolítico europeu. Por outro lado, o aumento do peso econômico e da competitividade mundial da Europa e do Japão, junto com o aumento dos gastos expansionistas dos Estados Unidos no Vietnã, só poderiam acabar pressionando a paridade do dólar em ouro, estabelecida em Bretton Woods. Depois de 1968, cresceu o déficit orçamentário americano, e os Estados Unidos começaram a apresentar déficits no seu balanço comercial, os primeiros desde a 2ª. Guerra Mundial. Por isso, antes do momento da rutura final do “padrão dólar”, em 1973, as autoridades monetárias americanas já vinham discutindo o problema, e analisando as alternativas mais favoráveis aos interesses dos Estados Unidos, incluindo as teses “desregulacionistas” que haviam sido defendidas, e derrotadas transitoriamente, pelos setores financeiros, na Conferência de Bretton Woods. Desse ponto de vista, a “crise do dólar”, no início dos anos 70, não foi um acidente nem foi uma derrota, foi o resultado de um período de sucesso econômico e foi também uma mudança planejada da estratégia econômica internacional dos Estados Unidos, feita com o objetivo de manter a autonomia da política econômica e preservar a liderança mundial da economia norte-americana. Da mesma forma, se pode dizer que o fortalecimento tecnológico da União Soviética, no campo militar e espacial, que assustou os Estados Unidos na década de 70, também foi uma consequência inevitável da estratégia americana de contenção e de pressão militar e tecnológica contínua sobre a União Soviética, que serviu, ao mesmo tempo, para justificar os massivos investimentos tecnológico-militares dos Estados Unidos.

Por último, a chamada “insubordinação da periferia”, que é incluída como parte da “crise dos 70”, foi ao mesmo tempo, pelo menos em parte, uma grande vitória geopolítica dos Estados Unidos, que apoiaram o processo da descolonização da África e da Ásia, ao lado da União Soviética. No final da 2ª. Guerra, existia cerca de 60 estados nacionais, e no momento em que terminou a Guerra Fria, já havia cerca de 200 estados nacionais independentes, em todo o mundo. E foi exatamente no período da “ordem regulada”, ou da “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos, que o sistema “interestatal” se universalizou, criando uma nova realidade e um desafio à “governança mundial”, que começou a se manifestar de forma mais aguda, na década de 60, durante a descolonização africana.

De vários pontos de vista, portanto, se pode dizer que no final da década de 60, já havia se esgotado o espaço e o tempo da parceria virtuosa e da “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos. Ela foi atropelada pelo seu próprio sucesso e suas contradições, e foi

modificada pelo poder de auto-transformação do seu criador e hegemom, os Estados Unidos, que “fugiu para frente” e redefiniu o seu projeto internacional, para manter sua dianteira, na corrida pelo poder e pela riqueza, dentro do sistema mundial. Afinal, como disse Norbert Elias, neste sistema, “quem não sobe, cai”. E foi com este objetivo que os Estados Unidos abandonaram o Sistema de Bretton Woods, recuperando sua liberdade de iniciativa monetária; e abandonaram o Vietnã e se aproximaram da China, renegociando a sua posição expansionista no sudeste asiático, e devolvendo aos chineses os seus antigos “estados tributários” da Conchinchina. Foi exatamente assim que começou, em 1970, a grande transformação geopolítica do sistema mundial, que segue em pleno curso, no início do século XXI: num primeiro momento, a China e os Estados Unidos assumiram a reorganização conjunta do tabuleiro geopolítico do sudeste asiático, sem que os norte-americanos abandonassem sua proteção militar do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul. Mas depois, esta mesma mudança estratégica dos anos 70, acabou abrindo as portas e refazendo o mapa econômico do mundo, com a construção do eixo entre a China e os Estados Unidos, que se transformou na locomotiva da economia mundial. Assim mesmo, não há dúvida que a derrota no Vietnã teve um papel importante no início da “revolução militar”, que mudou a concepção estratégica e logística da guerra, no fim do século XX. Depois da derrota, os Estados Unidos desenvolveram novos sistemas de informação, controle e comando dos campos de batalha; e investiram pesadamente na produção de novos vetores, bombas teledirigidas e equipamentos sob comando remoto. Uma nova tecnologia militar que foi experimentada na Guerra do Golfo, em 1991, e que depois se transformou numa ferramenta importante do projeto imperial americano, dos anos 90. Da mesma forma que a “crise do dólar”, a desregulação dos mercados teve um papel decisivo na “revolução financeira” dos anos 80/90, e no nascimento do novo sistema monetário “dólar-flexível”, que também se transformaram em ferramentas de poder fundamentais para a “escalada americana”, nas décadas seguintes. Depois de 1991, com a eliminação da concorrência soviética e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial, criou-se um novo tipo de “território global”, submetido à senhoriagem do dólar, e à velocidade de intervenção das forças militares americanas. Foi o momento em que o sistema mundial deixou para trás, definitivamente, a perspectiva de um modelo “regulado” de “governança global”, e de “hegemonia benevolente”, e começou a experimentar o novo projeto imperial americano que começou a ser desenhado nos anos 70, e alcançou “velocidade cruzeiro” na década de 90, no período em que a China ainda digerira a sua própria mudança de estratégia econômica e geopolítica internacional.

2.2. O limite do império

Depois da queda do Muro de Berlim, o bombardeio de Bagdá, em 1991, cumpriu um papel equivalente ao bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, em 1945: definiu o poder e a hierarquia do sistema mundial, depois do fim da Guerra Fria. Mas, dessa vez, não houve um “acordo de paz”, nem havia outra potência com capacidade de negociar ou limitar o poder unilateral dos Estados Unidos. Foi assim que, depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o mundo experimentou na década de 90, pela primeira vez na história, a possibilidade real de um império global. Mas esta nova “situação imperial” ficou encoberta, num primeiro momento, pela comemoração coletiva da vitória “ocidental”, e pela força da ideologia da globalização, com sua crença no fim da

história, e das fronteiras nacionais, e das próprias guerras. Só no início do século XXI, em particular depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, é que o projeto imperial americano ficou mais transparente. Apesar disso, olhando retrospectivamente, se pode ver que o próprio período Clinton - que foi o auge da utopia globalitária - seguiu depois de 1993, a mesma orientação estratégica que vinha sendo adotada pelo governo Bush (pai), depois do fim da Guerra do Golfo, ambos convencidos de que o novo século deveria ser um “século americano”. Durante os oito anos, dos seus dois mandatos, a administração Clinton manteve um forte ativismo militar, apesar de sua retórica a favor da “convivência e integração pacífica dos mercados nacionais”. Neste período, segundo Andrew Bacevich, “os Estados Unidos fizeram 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria”. Depois de 2001, a nova administração Bush (filho) mudou a retórica da política externa americana e voltou a usar a linguagem militarista, defendendo o direito unilateral dos Estados Unidos de fazer intervenções militares preventivas, em nome da sua “guerra global ao terrorismo”, declarada depois dos atentados do 11 de setembro. Mas mesmo nos seus momentos mais belicistas, a administração Bush não abandonou o discurso a favor do liberalismo econômico, nem as pressões concretas, para obter a abertura e desregulação de todos os mercados nacionais.

Quando se olha a década e 90, do ponto de vista desse projeto imperial, e do seu expansionismo militar, muito antes dos ataques terroristas, se compreende melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética, até 1991. O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela “pacificação” dos Bálcãs; e chegou até a Ásia Central e ao Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN, mesmo contra o voto dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo “cinturão sanitário”, separando a Alemanha da Rússia, e a Rússia da China, e sobre a existência de um novo poder militar global, com o controle centralizado de uma infra-estrutura mundial de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de “apoio militar recíproco” com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos, e com a capacidade de intervenção quase instantânea, em qualquer ponto do espaço aéreo mundial. Da mesma forma, quando se olha para a década de 90, do ponto de vista do projeto americano de construção de um “império financeiro mundial”, também se compreende melhor a lógica expansiva da sua política de desregulação, privatização e globalização financeira. No fim da década de 90, o dólar havia se transformado na moeda do sistema monetário internacional, sem ter o padrão de referência que não seja o próprio poder americano, e o arbítrio do seu Banco Central, o FED. E os títulos da dívida pública dos Estados Unidos haviam se transformado na base do novo sistema monetário, atuando como reserva e ativo financeiro, de quase todos os governos do mundo. Mas logo depois, no início do século XXI, esse projeto imperial começou a apresentar algumas dificuldades, apesar de sua estrutura de poder global. Depois de vencer a Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos lideraram e venceram a Guerra do Iraque, em 2003, conquistando Bagdá, destruindo as forças militares iraquianas e destituindo o presidente Saddam Hussein. Após suas duas vitórias, entretanto, as forças norte-americanas não conseguiram reconstruir os dois países, nem conseguiram definir com precisão seus objetivos de longo prazo, depois da constituição de governos locais tutelados. Mas estes foram apenas os dois últimos episódios, de uma experiência política e militar imperial que

não tem sido bem sucedida, do ponto de vista dos objetivos imediatos dos Estados Unidos. Suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a conquista territorial militar não conseguiu dar conta da reconstrução nacional dos países derrotados. Com certeza, não se trata de uma “crise final” do poder americano, nem do apocalipse do sistema mundial, o que está acontecendo é que o projeto imperial dos Estados Unidos alcançou seu limite, dentro as regras do atual sistema mundial, e não tem como avançar mais. Por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, parece impossível de sustentar um império global sem colônias, só com bases militares, e os Estados Unidos não tem disposição nacional de arcar com os custos de um sistema colonial; em segundo lugar, uma vez mais, o sucesso da estratégia “asiática” dos Estados Unidos, dos anos 70, já gerou uma nova relidade que lhe escapa ao controle e, hoje, os Estados Unidos não têm mais como frear a expansão econômica da China, nem teriam mais como conceber um império mundial, que não contasse pelo menos com uma parceira chinesa. Mas, neste momento, o quadro é bem mais complicado, porque o atolamento militar americano no Oriente Médio, e a velocidade gigantesca do expansionismo econômico chinês, estão provocando, em conjunto, uma rápida fragmentação do sistema mundial, e a volta da luta pelas supremacias regionais. Ninguém mais acredita na possibilidade de uma “vitória definitiva” na “guerra global” ao terrorismo, na forma em que vem sendo conduzida pelos Estados Unidos, desde 2001. Nem acredita que se possa parar, interromper ou desacelerar a “asiatificação” da economia mundial. E não existe, neste momento, mais nenhum projeto “ético”, ou ideologia capaz de mobilizar a opinião pública mundial, legitimar as intervenções americanas, ou agregar as principais potências. A utopia da globalização se converteu num lugar comum, e perdeu sua capacidade de convencimento, a social-democracia padece de anemia profunda e o nacionalismo está reaparecendo por todos os lados. E não existe, dentro dos Estados Unidos, neste momento, nenhuma alternativa política, suficientemente poderosa, com um projeto claro de mudança da sua atual estratégia internacional. Enquanto isso, estamos assistindo um retorno do sistema mundial à “geopolítica das nações” e à competição mercantilista entre as suas economias nacionais, com repercussões em todos os os cantos do mundo.

3. A VOLTA DAS NAÇÕES

Resumindo: neste início do século XXI, a crise expansiva do império americano está reacendendo a competição entre as nações e, em todos os lados, o que se observa é uma diminuição da capacidade de intervenção unilateral dos Estados Unidos, com o aumento dos graus de incerteza e de liberdade de ação das velhas e novas potências, em cada um dos “tabuleiros regionais” do sistema mundial:

i) Começando pelo Oriente Médio, que se transformou no epicentro da conjuntura internacional, e no principal símbolo das limitações atuais do projeto imperial americano. O insucesso da intervenção militar, sobretudo depois do fim da Guerra do Iraque, desacreditou definitivamente o projeto do “Grande Médio Oriente”, da segunda administração Bush, que se propunha implantar democracias e mercados livres, no território situado entre o Marrocos e o Paquistão. Mas além disto, corroeu a credibilidade

das ameaças americanas de intervenção no Irã, na Coréia do Norte ou em qualquer outro estado com alguma força militar e apoio internacional. Muito mais grave do que isto, entretanto, é a guerra civil que ameaça estilhaçar o território do Iraque e que não tem perspectiva de conclusão. E o efeito paradoxal da ação norte-americana, que provocou uma reviravolta na correlação de poder regional, ao fortalecer o eixo de poder xiita, liderado pelo Irã, que se transformou no grande desafiante da hegemonia norte-americana no Oriente Médio. Com o aumento do poder dos xiitas na região, o Irã exerce hoje uma influência, cada vez maior, no próprio Iraque, no Líbano, na Palestina, e dentro de todos os grupos islâmicos mais resistentes ao poder de Israel e dos Estados Unidos, dentro da região. Este aumento da influência iraniana acirrou a competição regional, com Israel, mas também com o Egito, Arábia Saudita, Jordânia, e pode ter desdobramentos muito complicados, se desencadear uma corrida atômica na região. Os Estados Unidos seguirão tendo grande influência no Oriente Médio, mas perderam sua posição arbitral, e daqui para frente terão que conviver com a presença ativa da Rússia, da China e de outros países com interesses nos recursos energéticos do Oriente Médio. E, sobretudo, com o desafio e a competição hegemônica com o Irã, dentro da própria região.

ii) Na Europa, a situação é menos conflitiva, mas é indisfarçável o aumento da resistência ao unilateralismo norte-americano, e ao poder militar da OTAN. Aumentou o tamanho da União Européia e a extensão da OTAN, mas a Europa vive, neste momento, uma situação de paralisia estratégica e decisória. E seu principal problema está cada vez mais visível: a União Européia não dispõe de um poder central unificado e homogêneo, capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas, ao conjunto dos estados associados. Pelo contrário, está cada vez mais dividida entre os projetos europeus de seus membros mais importantes, a França, a Grã Bretanha e a Alemanha. Uma divergência que não esconde a competição secular entre estes três países, que ficou adormecida depois da 2ª. Guerra Mundial, mas reapareceu depois do fim da Guerra Fria, com a reunificação da Alemanha, e o ressurgimento da Rússia. É indisfarçável o temor atual da França e da Grã Bretanha, frente ao fortalecimento da Alemanha, no centro da Europa. E não há dúvida que a reunificação da Alemanha, e o reaparecimento da velha Rússia, no cenário europeu, atingiram fortemente o processo da unificação européia. A Alemanha fortaleceu sua posição como a maior potência demográfica e econômica do continente, e passou a ter uma política externa mais autônoma, centrada nos seus próprios interesses nacionais. Depois da sua reunificação, a Alemanha vem aprofundando a sua Ostpolitik dos anos 60, e vem promovendo uma forte expansão econômico-financeira, na direção da Europa Central e da Rússia. Uma estratégia que recolocou a Alemanha no epicentro da luta pela hegemonia dentro de toda a Europa, e dentro da própria União Européia, ofuscando o papel da França e desafiando o “americanismo” da Grã Bretanha. Não é impossível uma aliança estratégica da Alemanha com a Rússia, que é a maior fornecedora de energia da Alemanha e de toda a Europa, além de ser a segunda maior potência atômica do mundo. Mas, se esta aliança existir, afetará radicalmente o futuro da União Européia e de suas relações com os Estados Unidos, e não é improvável que traga de volta a competição geopolítica dos estados europeus que foram os fundadores do atual sistema mundial.

iii) Na América Latina, o cenário é um pouco diferente, porque até hoje, a América foi o único continente do sistema mundial, onde nunca existiu uma disputa hegemônica entre os seus próprios estados nacionais. Primeiro, ela foi colônia, e em seguida, “fronteira de

expansão” ou “periferia” da economia européia, mas depois da sua independência, esteve sempre sob a égide anglo-saxônica: da Grã Bretanha, até o fim do século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do século XXI. Por outro lado, nestes quase dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais abaixo do Rio Grande, nunca atingiram a intensidade, nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa. E tampouco se formou na América Latina um sistema integrado e competitivo, de estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia, depois da sua descolonização. Como consequência, os estados latino-americanos nunca ocuparam posição importante nas grandes disputas geopolíticas do sistema mundial, e funcionou durante todo o século XIX, como uma espécie de laboratório de experimentação do “imperialismo de livre comércio”. Depois da 2ª. Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria, os governos sul-americanos se alinharam ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba, e depois da Guerra Fria, durante a década de 1990, a maioria dos governos da região aderiram às políticas e reformas neoliberais, preconizadas pelos Estados Unidos. Mas agora, no início do século XXI, a América do Sul, em particular, está vivendo uma grande mudança, com uma virada à esquerda da maioria dos seus governos que são críticos das políticas neoliberais e do “imperialismo norte-americano”. Neste sentido, é inegável que está em curso uma mudança no relacionamento da América do Sul, com os Estados Unidos. Sobretudo, depois da moratória bem sucedida da Argentina, em 2001, do fracasso do golpe de estado na Venezuela, que contou com a simpatia norte-americana, em 2002, e da rejeição do projeto norte-americano da ALCA, na reunião de Punta del Este, em 2005. Tudo isto, ao mesmo tempo em que se expandia o MERCOSUL, se formava a Comunidade Sul-Americana de Nações e a ALBA, e ressurgia no continente a proposta de construção de um “socialismo do século XXI”, esquecida desde a derrota de Salvador Allende, em 1973.

iv) Durante a década de 90, generalizou-se a convicção de que a África seria um continente “inviável” e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica. Tratava-se de um continente que não interessaria às Grandes Potências, nem às suas corporações e bancos privados. Mas a África não é tão simples nem homogênea, com seus 53 estados, 5 grandes regiões, e seus quase 800 milhões de habitantes. Um mosaico gigantesco e fragmentado de estados, onde não existe um verdadeiro sistema estatal competitivo, nem tampouco se pode falar de uma economia regional integrada. De fato, o atual sistema estatal africano foi criado pelas potências coloniais européias e só se manteve “integrado”, até 1991, graças à Guerra Fria e à sua disputa bi-polar, que atingiu a África Setentrional, depois da crise do Canal de Suez em 1956; e a África Central, depois do início da luta pela independência do Congo, na década de 60; e finalmente, a África Austral, depois da independência de Angola e Moçambique, em 1975. Depois da Guerra Fria, e depois do fracasso da “intervenção humanitária” dos Estados Unidos, na Somália, em 1993, o presidente Clinton visitou o continente africano, em 1998, e definiu a estratégia americana – de “baixo teor” - para o continente negro: paz e crescimento econômico, através dos mercados, da globalização e da democracia. Poucos anos depois, durante o primeiro governo republicano de George Bush (filho), os Estados Unidos participaram de várias negociações e forças de paz, e se envolveram no controle dos processos eleitorais das novas democracias, da Libéria, da Serra Leoa, do Congo, do Burundi e do Sudão. Mas de fato, a preocupação dos Estados Unidos com a África se restringe hoje, quase exclusivamente, à disputa das regiões petrolíferas e ao controle e repressão das forças islâmicas e dos grupos terroristas do Chifre da África. Nesse sentido, apesar dos gestos de boa vontade, tudo indica

que a velha Europa não tem mais “fôlego”, e os Estados Unidos não tem mais “capacidade instalada”, para cuidarem do projeto de “renascimento africano”, proposto pelo presidente Mandela, na década de 90. Assim, não é improvável que, neste vácuo, acabe surgindo uma luta hegemônica local, ou que a nova presença econômica massiva da China e da Índia acabe se transformando num fator político importante, dentro da região.

v) Por fim, no leste asiático, o sistema regional de estados e economias nacionais, lembra, cada vez mais, o velho modelo europeu de acumulação de poder e riqueza, que está na origem do atual sistema mundial. É a região de maior dinamismo econômico, dentro do sistema mundial, e, ao mesmo tempo, é onde está em curso a competição mais intensa e explícita, pela hegemonia regional. Envolvendo suas velhas potências imperiais, a China, o Japão e a Coreia, mas também a Rússia, e os Estados Unidos. Até os anos 30, o Japão foi o aliado principal da Grã Bretanha na região, e depois, também, dos Estados Unidos até a invasão japonesa da China, em 1938. Durante a 2ª. Guerra Mundial, os Estados Unidos se opuseram à invasão japonesa e se aproximaram da China, patrocinando sua participação na reunião tripartite de Moscou, em que foi convocada a Conferência de São Francisco, e depois patrocinaram a inclusão da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com o começo da Guerra Fria, e com a vitória da Revolução Chinesa, seguida pelas Guerras da Coreia e do Vietnã, o Japão foi “reabilitado” e foi transformado em “protetorado militar” dos Estados Unidos, com uma posição econômica muito importante, dentro da hegemonia americana no sudeste asiático. Mas, a partir da década de 70, a mudança da estratégia internacional dos Estados Unidos e sua reaproximação da China, alteraram essa arquitetura regional montada depois da 2ª. Grande Guerra. Na nova configuração, fortaleceu-se a posição chinesa, aumentando sua competição regional com o Japão, que foi agravada, recentemente, com a primeira experiência nuclear da Coreia do Norte. No início do século XXI, o envolvimento dos Estados Unidos com o Oriente Médio, e com sua “guerra global” ao terrorismo, diminuiu sensivelmente sua capacidade de intervenção direta nos assuntos do leste asiático. E está cada vez mais claro que se aumentar o distanciamento americano da região, haverá um rápido rearmamento japonês, com forte conotação nacionalista. Mais do que isto, se a Coreia do Norte não interromper suas experiências atômicas, o mais provável é que o Japão venha a ter o seu próprio arsenal atômico. Um quadro que pode complicar-se ainda mais, se a Índia for obrigado a envolver-se nesta disputa hegemônica, por sua própria decisão, ou por conta de uma aliança estratégica com os Estados Unidos.

De qualquer maneira, a grande novidade geopolítica da região e a grande incógnita sobre seu futuro, está ligada à nova expansão global da China. Até o momento, ela tem se mantido fiel ao modelo original da expansão chinesa, do século XV, que foi basicamente diplomática e mercantil, à diferença da expansão bélica e mercantil - e depois capitalista - dos europeus. Do ponto de vista geopolítico, o mais provável é que a China se restrinja à luta pela hegemonia no sudeste asiático, e à sua região próxima do Pacífico. Mas se a China seguir os caminhos de todas as Grandes Potências deste sistema mundial, em algum momento, terá que combinar sua expansão econômica, com uma expansão político-militar global. E, neste caso, enfrentará a resistência e o poder anglo-americano. Mas não está excluída a possibilidade de que se repita o que já ocorreu, no século XVII, com a fusão dos interesses econômicos anglo-holandeses, e no século XX, com a fusão dos interesses anglo-americanos. A grande novidade, entretanto, é que já não se trataria de uma relação de

competição, guerra e fusão entre europeus ou descendentes de europeus, se trataria de um retorno às relações e à competição que esteve no ponto de partida do sistema, uma espécie de “ajuste de contas”, entre os asiáticos e os europeus e seus descendentes.

4. UMA NOVA GEOMETRIA ECONÔMICA

No final dos anos 90, a economia mundial perdeu fôlego, anunciando uma desaceleração cíclica, para a primeira década do século XXI. Depois de 2001, entretanto, houve uma reversão das expectativas, e a economia retomou o seu crescimento de forma generalizada e contínua, com baixa inflação e sem maiores desequilíbrios nos balanços de pagamento. Mas não existe uma explicação consensual para o que passou em 2001, apesar de que muitos analistas atribuam o novo ciclo, ao impulso da política econômica “hiper-ativa” do governo americano, depois dos atentados de 11 de setembro. Assim mesmo, chama atenção a coincidência temporal desta retomada econômica, com o retorno da “geopolítica das nações”, e com o aumento da competição entre os estados e as economias nacionais. E dentro desta perspectiva, o papel decisivo para a reversão econômica de 2001, que cumpriu a política econômica e monetária da China, praticada depois da crise financeira asiática de 1997, quando os chineses assimilaram as perdas necessárias à manutenção da estabilidade da sua moeda, e aceleraram seu gasto público para manter o dinamismo de seu mercado interno liderando a retomada quase imediata da economia regional. Já dissemos, no início deste trabalho, que essa convergência entre a geopolítica e a acumulação do capital, não é permanente, nem é universal. Há momentos históricos, e setores econômicos, em que seu distanciamento é maior, e outros em que a convergência é muito grande. Mas não há dúvida que a geopolítica e a economia andam quase juntas, quando se trata da competição e da luta por recursos naturais escassos e estratégicos, tanto para os estados como para os capitais privados. E neste campo, a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do sistema mundial, e de todas as suas economias nacionais, em particular a das suas Grandes Potências.

4.1. Estados Unidos, China e Índia.

Como agora, de novo, a grande competição econômica, e a grande disputa geopolítica está se dando em torno dos territórios e das regiões que dispõem dos excedentes energéticos para mover a nova “locomotiva” do crescimento mundial, puxada pelos Estados Unidos e a China, com efeitos imediatos sobre a Índia. Basta olhar para as duas pontas deste novo eixo – Ásia e EUA - e para suas necessidades energéticas atuais e futuras, para visualizar o mapa das disputas e das suas sinergias positivas, através do mundo. Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso mesmo, ao fazer seu Mapa do Futuro Global, em 2005, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que se forem mantidas as atuais taxas de crescimento das duas economias nacionais, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia em 100%, até 2020. Mas nenhum dos dois países tem condições de atender suas necessidades através do aumento da produção doméstica, de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas

hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo. E essas importações atendem apenas um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior: nestes últimos quinze anos essa dependência aumentou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar ainda mais o quadro da competição econômica e geopolítica na Ásia, o Japão e a Coreia também dependem de suas importações de petróleo e de gás, para sustentar suas economias domésticas. Esta situação de carência coletiva e competitiva é que explica a aproximação recente, de todos estes países asiáticos, do Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. E explica também a ofensiva diplomática e econômica da China e da Índia, na Ásia Central, na África e na América Latina, como também, no Vietnã e na Rússia. Além da participação conjunta da China e da Índia, na disputa com os Estados Unidos e com a Rússia, pelo petróleo do Mar Cáspio, e pelos seus oleodutos alternativos de escoamento. A estratégia de competição e expansão é seguida, também, pelas grandes corporações privadas chinesas e indianas, que já saíram de sua zona tradicional de atuação, e hoje operam no Irã, na Rússia e até nos Estados Unidos. Com impactos militares quase imediatos, como diagnostica o “Instituto Internacional de Estudos Estratégicos”, de Londres, que atribui a essa disputa energética, a recente reestruturação da marinha militar da China e da Índia, e sua presença cada vez maior no Mar da Índia, e no Oriente Médio.

Na outra ponta, deste novo eixo dinâmico da economia mundial, estão os Estados Unidos, que continuam sendo os maiores consumidores de energia do mundo e que, além disto, estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento para diminuir sua dependência em relação aos países do Oriente Médio. Hoje a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos, que já conseguiram deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, seguidos pela Venezuela que é seu quarto principal fornecedor de petróleo. Além disto, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia e têm avançado de forma agressiva e competitiva sobre os novos territórios petrolíferos situados na África Sub-Sahariana, na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Portanto, os Estados Unidos estão disputando com a China, com a Índia, todos os territórios com excedentes energéticos atuais ou potenciais. E esta competição está se transformando num novo triângulo econômico, complementar e competitivo, a um só tempo, que está cumprindo uma função organizadora e dinamizadora de várias regiões e economias nacionais, através de todo o mundo, incluindo a América do Sul e a África.

4.2. Estados Unidos, China e América do Sul

No caso da América do Sul, também ocorreu uma reversão das expectativas econômicas pessimistas, no início do século XXI. Prognosticava-se um período de “vacas magras”, com crescimento baixo e desequilíbrios externos, sobretudo depois das crises da Argentina, e da Venezuela, em 2001 e 2003. Mas depois de 2002, houve uma retomada do crescimento, em todos os países do continente, liderado – paradoxalmente – pelas economias da Argentina e da Venezuela, que superaram a crise e já alcançaram seus níveis de atividade anteriores à própria crise, crescendo a taxas médias, entre 7 e 9%, nestes últimos quatro anos, enquanto o resto do continente está crescendo a taxas médias que variam entre 3,5% e 5,5%, com a

exceção mais notável do Brasil, que vem crescendo há mais de duas décadas, a uma taxa média aproximada de apenas 2,5%. Como em outros momentos da economia internacional, agora de novo, as economias exportadoras sul-americanas estão acompanhando o ciclo expansivo da economia mundial, liderado pelos Estados Unidos e a China. Mas existe uma grande novidade, neste novo ciclo de crescimento sul-americano: o peso decisivo das exportações, importações e investimentos asiáticos no continente, em particular da China, que tem sido a grande responsável pelo aumento das exportações sul-americanas, de minérios, energia e grãos. E, ao mesmo tempo, suas exportações para a América Latina aumentaram 52%, em 2006, enquanto as dos Estados Unidos só aumentaram 20%. Só para o Brasil, as vendas chinesas cresceram 53%, enquanto as exportações brasileiras para a China cresciam um 32% no mesmo ano. Em 2006, o Brasil já importou mais da Ásia do que de seus parceiros tradicionais, os Estados Unidos e a Europa, e a China já superou o Brasil como maior fornecedor de produtos manufaturados, para os países da América Latina. Só para que se tenha uma idéia da velocidade dessas mudanças, basta dizer que em 1990, o Brasil fornecia 10% das importações de manufaturados do Chile, enquanto a China fornecia 1%, e 15 anos depois, o Brasil fornece 13% e a China já chegou a 12%. Mas, além do comércio, a China está ocupando um papel cada vez mais importante, dentro da região, como investidor, competindo com as fontes tradicionais de capital de investimento na América do Sul.

Agora, do ponto de vista interno da economia sul-americana, os novos preços internacionais dos minérios e da energia, têm fortalecido a capacidade fiscal dos estados produtores, e estão servindo para financiar alguns projetos ambiciosos de integração física e energética, dentro do próprio continente. Além disto, as vultuosas reservas em moeda forte, da Venezuela, já lhe permitiram atuar, duas vezes, como “emprestador em última instância”, da Argentina e do Paraguai, criando um novo tipo de relacionamento e integração absolutamente original, na história da América do Sul. De todos os pontos de vista, portanto, a China vem cumprindo um papel novo e fundamental na economia sul-americana. Os Estados Unidos seguem sendo a potência hegemônica na América do Sul, e não é provável que os chineses se envolvam politicamente na região. Mas não há dúvida que esta “bonança” internacional, liderada pelos Estados Unidos e pela China tem contribuído para o surgimento de um triângulo econômico novo, que deve contribuir para o aprofundamento das relações materiais e políticas Sul-Sul, e para uma maior autonomia da política externa da América do Sul com relação aos seus centros tradicionais de poder econômico e político.

4.3. China, Índia e África.

No caso da África também ocorreu algo análogo. Na década de 90, depois da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento, reforçando a imagem muito difundida, de um continente inviável. Com “estados falidos”, “guerras civis”, “genocídios” e grandes epidemias, mas além disto, com apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro em todo o mundo. Assim mesmo, nas primeiras décadas da independência, alguns dos novos estados africanos tiveram crescimento econômico equiparável ao dos estados desenvolvimentistas mais bem sucedidos da Ásia e da América Latina. Este sucesso inicial, entretanto, foi atropelado pela

crise econômica dos anos 70, e pela mudança de rumo do sistema econômico mundial. A partir dos 70/80, a economia africana experimentou um declínio contínuo, até alcançar os níveis muito baixos da década de 90. No longo prazo, entretanto, como na América Latina, a maioria das economias africanas depende das suas exportações de matérias primas e seu desempenho acompanha os ciclos da economia internacional. E é isto o que vem ocorrendo, uma vez mais. Desde o final da década de 90, pelo menos, está em curso uma nova mudança do panorama econômico africano, em particular na África Sub-Sahariana. O crescimento econômico médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5 %, entre 2000 e 2005, alcançando a taxa de 5,3% em 2006, com uma previsão de que chegue a 5,5% em 2007 e 2008. Desde a metade da década de 90, 16 países da região, onde vivem 35% da sua população, vêm crescendo a taxas superiores a 5,5%, e alguns países produtores de petróleo a taxas “exorbitantes”, como no caso, por exemplo, de Angola, 16,9%, Sudão, 11,8% e Mauritânia, 17,9%.

Por trás dessa transformação africana, o que se esconde, uma vez mais, como na América do Sul, é o enorme crescimento dos dois gigantes asiáticos, a China e a Índia. A China e a Índia que consumiam 14 % das exportações africanas, no ano 2000, hoje consomem 27%, o mesmo que a Europa e os Estados Unidos. Enquanto que as exportações asiáticas para a África, vêm crescendo a 18% ao ano, e o mesmo está acontecendo com os investimentos diretos chineses e indianos, na África Negra, concentrados em energia, minérios e infraestrutura. Basta dizer que já existem no continente africano, mais de 800 companhias, com 900 projetos de investimento e 80.000 trabalhadores chineses. Um verdadeiro “desembarque econômico”, liderado por empresas estatais que vem sendo seguidas, ainda que em menor escala, pelo governo e pelos capitais privados indianos que estão fazendo um movimento análogo de investimento massivo, e de aprofundamento das suas relações políticas, econômicas e culturais com a África.

Deste ponto de vista, todos os sinais estão apontando na mesma direção: a África Sub-Sahariana está se transformando na grande fronteira de expansão econômica – e talvez, também, política e demográfica – da China e da Índia, nas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, está se formando um novo triângulo geoeconômico envolvendo a China, a Índia e a África Negra. Mas não é provável que os Estados Unidos abandonem suas posições na região, sobretudo na luta pela sua “segurança energética”. Mas não há nada que impeça que a África possa se transformar também num espaço privilegiado de negociação e fusão entre os interesses econômicos asiáticos e norte-americanos.

Em síntese: a mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial. Pela primeira vez, na história do sistema econômico mundial, as relações “Sul-Sul” adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidade de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder. Quase no mesmo espaço onde floresceram, no século XX , às ideologias terceiro-mundistas, e o movimento dos países não alinhados”.

5. VÁRIAS GEOMETRIAS POLÍTICAS

Na geopolítica das nações, não há lugar para alianças baseadas apenas em médias estatísticas, semelhanças sociológicas ou analogias históricas. E as coincidências ideológicas só operam com eficácia, quando coincidem com as necessidades dos países, do ponto de vista do seu desenvolvimento e de sua segurança. Deste ponto de vista, a formação de um espaço econômico unificado por grandes fluxos comerciais e financeiros, entre a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul, é um fato novo e muito importante, e pode vir a ser a base material de algumas parcerias setoriais, e localizadas, entre todos ou alguns destes quatro países. Mas é muito pouco provável que, este simples nexos econômico, sustente ou justifique uma aliança estratégica entre eles, de tipo geopolítico, e de longo prazo. Por isto, a construção de uma agenda comum, entre China, Índia, Brasil e África do Sul, deve partir do reconhecimento das diferenças existentes entre suas distintas inserções e interesses, dentro do sistema mundial. São quatro países que ocupam posição de destaque, nas suas respectivas regiões, devido ao tamanho de seu território, de sua população, e de sua economia. Mas esta semelhança esconde diferenças muito grandes de interesses, de perspectivas estratégicas e de capacidade de implementação autônoma de decisões, no campo internacional.

i) China e Índia

Ao contrário do Brasil e da África do Sul, a China e a Índia possuem civilizações milenares e um terço da população mundial. Mas mais importante do que isto, é o fato de que esses dois gigantes asiáticos possuem entre si 3.200 quilômetros de fronteira comum, e os fazem ter fronteira com o Paquistão, com o Nepal, com o Butão e com Mianmá. Além disto, China e Índia têm territórios em disputa, guerrearam entre si nas últimas décadas, e são potências atômicas. Dentro deste xadrez geopolítico, os indianos consideram que as relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com o Sri Lanka, fazem parte de uma estratégia chinesa de “cerco” da Índia e de expansão chinesa no Sul da Ásia, a “zona de influência” imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses consideram que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia, e a sua nova parceira estratégica e atômica, fazem parte de uma estratégia de “cerco” da China. Tudo isto, são fatos, expectativas e desdobramentos que caracterizam uma relação muito próxima de competição territorial e bélica, em torno da supremacia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia. Além disto, como já vimos, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, na luta para assegurar sua “segurança energética”. A China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e dos seus arsenais. Como no caso de sua frota submarina chinesa, movida, simultaneamente, à energia diesel e à energia atômica, o que caracteriza uma indiscutível preocupação de controle marítimo do Pacífico Sul. E o mesmo se pode dizer do recente desenvolvimento do novo sistema chinês de ataque e destruição de satélites - tecnologia que só tinham os Estados Unidos e a Rússia - e que coloca a China em condições de destruir o nexos básico de controle da nova tecnologia de guerra norte-americana. Por outro lado, não é segredo para ninguém que a China ocupa hoje um lugar central dentro do planejamento estratégico dos Estados Unidos, ocupando a posição do adversário potencial necessário à organização e expansão do poder americano. Afinal, a China teve um papel decisivo nas Guerras da Coréia e do Vietnã, e apresenta quase todas as

características das Grandes Potências que se formaram dentro do sistema mundial, desde suas origens européias, no século XVI. Com a diferença, como já vimos, que até agora, o expansionismo chinês, fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas dentro da Ásia, o projeto chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar.

A Índia, por outro lado, ainda não tem características de uma potência expansiva, e se comporta estrategicamente, como um estado que foi obrigado a se armar para proteger e garantir sua segurança numa região de alta instabilidade, onde sustenta uma disputa territorial e uma competição atômica com o seu vizinho, o Paquistão. Mas assim mesmo, desenvolve e controla tecnologia militar de ponta, como no caso do seu sofisticado sistema balístico, e do seu próprio arsenal atômico, e possui um dos exércitos mais bem treinados de toda a Ásia. Assim mesmo, foi só depois da sua derrota militar, para a China, em 1962, e da primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, logo antes da sua guerra com o Paquistão, em 1965, que a Índia abandonou o “idealismo prático” da política externa de Neruh, e adotou a realpolitik do primeiro ministro Bahadur Shastri, que autorizou o início do programa nuclear indiano, na década de 60. Foi quando mudou a política externa da Índia, e começou a ser montada a sua nova estratégia atômica de defesa nacional, que atingiu sua maturidade, com as explosões nucleares, de 1998, e com o sucesso do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Foi naquele momento, exatamente no auge da “utopia da globalização”, que a Índia assumiu plenamente a condição de potência nuclear, e passou a definir sua estratégia de inserção regional e internacional, com base na expansão do seu poder econômico e militar. Com esta nova perspectiva estratégica, a Índia luta hoje pelo acesso e controle de recursos energéticos, na África e no Oriente Médio, mas também na Ásia Central. Apesar de que, nesta região, a China tenha tomado a dianteira, e já lidere a Organização de Cooperação de Shangai, criada por sua iniciativa, em 1996, junto com Rússia, Cazaquistão, Quirquistão, Tajiquistão e Uzbequistão. Por outro lado, desde 2002, a Índia estabeleceu com o Japão, uma “Parceria Global para o século XXI”, e vem estreitando suas relações com a Rússia, em torno a questões energéticas e estratégicas, de mais longo prazo.

ii) Brasil e África do Sul

O Brasil e África do Sul, compartilham com a China e a Índia, o fato de serem os estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto, e do comércio interno e externo da América do Sul e da África. Mas não têm fronteiras entre si, não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são poderes militares relevantes, principalmente, depois que a África do Sul abandonou o seu programa nuclear, em 1991. A África do Sul viveu duas histórias importantes, depois de sua independência, e teve duas inserções internacionais absolutamente diferentes, antes e depois do fim do apartheid, e da eleição de Nelson Mandela, em 1994. Depois da 2ª. Guerra Mundial, e durante o período do apartheid, entre 1948 e 1991, a África do Sul enfrentou uma rebelião social e política interna quase permanente, foi objeto do boicote da comunidade internacional e, na década de 80, travou uma guerra regional, com os países da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), também chamados de “Países da Linha de Frente”. Mas depois do fim do apartheid e da eleição de Mandela, a

questão da segurança interna e da inserção internacional da África do Sul mudaram radicalmente, em particular no caso da África Negra e dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), criada em 1990, reunindo os antigos inimigos, Botsuana, Maurício, Namíbia, Zimbábue e Tanzânia, além da própria África do Sul. Fora desta “zona de influência” imediata, a África do Sul envolveu-se em quase todas as ações e negociações de paz ocorridas dentro do continente negro, na década de 90 e nos primeiros anos do século XXI, mas sem apresentar nenhum traço expansivo, ou disposição para uma luta hegemônica dentro da África. Pelo contrário, tem sido um país que se move com enorme cautela, talvez devido ao seu próprio passado racista e belicista. Por outro lado, desde o primeiro governo de Mandela, a África do Sul tem se proposto cumprir um papel de “Cabo da Boa Esperança”, conectando os países da Ásia e América Latina, e tentando ocupar um lugar importante dentro desta nova geometria econômica. Em 1997, assinou com a Índia, a “Declaração do Red Fort”, onde propõem uma ação conjunta de aproximação da América Latina que contribui decisivamente para a criação, em 2003, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). Em 1998, o chanceler Alfred Nzo, confirmou estas prioridades diante do parlamento sul-africano, e definiu como objetivo estratégico da África do Sul, estabelecer relações sólidas com os países-chaves da conexão entre a Ásia, África e América Latina, para “fortalecer a voz do Sul nos foros internacionais”. Apesar disso, o volume e o ritmo de crescimento do PIB sul-africano, o tamanho de sua população e suas limitações militares, impedem que a África do Sul tenha qualquer tipo de pretensão à supremacia fora da sua região imediata, na África Austral. No outro lado do Atlântico, a história regional e internacional do Brasil foi sempre mais tranquila e linear. O estado brasileiro nunca teve características expansivas, nem disputou jamais a hegemonia do seu próprio continente, com a Grã Bretanha ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna, e depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860, o Brasil teve apenas uma participação pontual, na Itália, durante a 2ª. Guerra Mundial, e algumas participações posteriores nas “forças de paz” das Nações Unidas. Sua relação com seus vizinhos da América do Sul, depois de 1870, foi sempre pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica, e durante todo o século XX, sua posição dentro do continente, foi quase sempre a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Depois da 2ª. Guerra Mundial, o Brasil não teve maior participação na Guerra Fria, mas apesar do seu alinhamento com os Estados Unidos, começou uma política externa mais autônoma e global, a partir da década de 60, quando se aproximou da Ásia e da África, e dos países socialistas, se acercou do Movimento dos Países Não-Alinhados, e teve uma participação ativa nas negociações para a criação da ALALC, da UNCTAD e do Grupo dos 77. Na década de 70, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto internacional de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo seu acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas, e assinando um acordo atômico com a Alemanha. Mas sua crise econômica dos anos 80 e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi completamente engavetado nos anos 90, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e seu projeto de criação da ALCA, um velho sonho norte-americano, desde o fim do século XIX. Mais recentemente, entretanto, depois de 2002, a política externa brasileira mudou uma vez mais de rumo e definiu como suas novas prioridades, a integração sul-americana, através do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, e uma relação mais estratégica com os países-chaves da África e da Ásia, em particular, a

África do Sul, a Índia e a China.

O projeto da integração sulamericana remonta às idéias de Simon Bolívar, na primeira metade do século XIX. Mas a construção do mercado comum regional começou nos anos 60, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e teve dois momentos decisivos, com a criação da Comunidade Andina, em 1969, e com a criação do Mercosul, em 1991. Por fim, no dia 8 de dezembro de 2004, os países do Pacto Andino e do Mercosul, assinaram a Declaração de Cuzco, lançando as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações. O Brasil vem incentivando, nos últimos anos, o aprofundamento deste projeto de integração, mas enfrenta algumas limitações importantes, porque o Brasil não é considerado - hoje - um “modelo de desenvolvimento” de sucesso a ser seguido pelo resto dos países do continente, como acontece com a China e a Índia, no Sudeste e no Sul da Ásia. E, além disto, tem tido pouca capacidade de atender às necessidades materiais dos seus vizinhos, devido ao seu baixo crescimento econômico e sua baixa capacidade de investimentos públicos e privados. Mas, sobretudo, devido à baixa capacidade de coordenação estratégica do estado brasileiro, depois da sua crise dos anos 80, e da sua desmontagem neoliberal, na década de 90.

iii) A rota da “boa esperança”

Como se pode ver, as diferenças dinâmicas entre China, Índia, Brasil e África do Sul são enormes. A China e a Índia, depois dos anos 90, se projetaram dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões, e ocupam hoje uma posição geopolítica global absolutamente assimétrica com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disto, o Brasil, a África do Sul e a Índia - e mesmo a China, ainda que seja por pouco tempo mais – ainda ocupam a posição comum dos “países ascendentes”, que sempre reivindicam mudanças nas regras de “gestão” do sistema mundial, e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Por isto, neste momento, compartilham uma agenda reformista com relação ao Sistema das Nações Unidas, e à formação do seu Conselho de Segurança. Da mesma forma como compartilham posições liberalizantes, na Rodada de Doha, formando o G20, dentro da Organização Mundial do Comércio. Nestas questões políticas e econômicas, entretanto, pode-se prever um afastamento progressivo da China, que já vem atuando, em vários momentos, com a postura de quem comparte, e não de quem questiona a atual configuração de poder mundial. Daqui para frente, seu comportamento será cada vez mais o de uma Grande Potência, como todas as que fazem, ou fizeram, parte do “círculo dirigente” do sistema mundial. E por isto, é de se esperar uma maior convergência de posições entre a Índia, a África do Sul e o Brasil, do que com a China. Mas mesmo com relação à Índia, as convergências políticas deverão ser tópicas, porque o Brasil e a África do Sul devem se manter fiéis ao “idealismo pragmático” de suas atuais políticas externas. Nenhum dos dois demonstra vontade, nem dispõe das ferramentas de poder e dos desafios indispensáveis ao exercício da realpolitik, própria das Grandes Potências. Ambos, devem se manter na sua posição atual de porta-vozes pacíficos dos “injustiçados” de todo mundo, e do “bom senso ético universal”. Do ponto de vista econômico, entretanto, a nova geografia do comércio e dos investimentos dentro da região Sul-Sul deve aprofundar os nexos materiais entre estes quatro países e suas regiões, e desta perspectiva, a África do Sul se transformará num novo

Cabo da Boa Esperança, entre as “Índias” e a América: as duas pontas do expansionismo europeu que deu origem ao atual sistema mundial.

6. UMA AGENDA SOCIAL CONVERGENTE

China, Índia, Brasil e África do Sul compartilham sociedades com altos níveis de desigualdade na distribuição da renda, da riqueza e do acesso aos direitos sociais básicos. Com graves problemas urbanos, de infra-estrutura, favelização e miséria, e com regiões rurais de baixa produtividade, e com grandes contingentes de população sem atendimento de suas necessidades básicas de saneamento, energia e alimentação. Mas, apesar da luta comum dos países mais pobres, por uma melhor redistribuição do poder e da riqueza mundial, e apesar do apoio dos organismos internacionais e da ajuda solidária eventual das Grandes Potências e dos organismos não governamentais, a resposta ao desafio da pobreza e da desigualdade, segue sendo uma responsabilidade de cada um dos estados nacionais onde os “pobres do mundo estão “estocados”, e onde se geram e acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição do poder e da riqueza entre os grupos sociais”. Neste sentido, o primeiro ponto da agenda social comum da China, Índia, Brasil e África do Sul é a multiplicação dos empregos e da renda da população, e isto é rigorosamente inviável sem um crescimento econômico acelerado, no caso destes quatro países. Só com a expansão do investimento público e privado, será possível aumentar as taxas de crescimento econômico, e só com altas taxas de crescimento é possível um controle social e uma política ousada de bloqueio do processo de polarização da riqueza, que acompanha, inevitavelmente, o desenvolvimento capitalista, quando fica entregue às suas forças de mercado. Neste sentido, além do investimento público, são indispensáveis políticas ativas de redistribuição da riqueza, através dos salários, mas, sobretudo, através do fornecimento barato de alimentos de consumo popular, e da oferta de equipamentos e serviços públicos universais de saúde pública, educação, saneamento, energia, transportes e comunicação. A única forma de superar as políticas assistenciais de tipo transitório, transformando a distribuição e a inclusão sociais numa conquista permanente e estrutural das sociedades civis. Deste ponto de vista, não há dúvida que existe hoje uma distância crescente entre os avanços sociais da China e da Índia, e também com relação ao Brasil e África do Sul, e esta diferença tem a ver com as taxas médias de crescimento de suas economias nas últimas décadas, e com o grau de preocupação dos seus governos com a questão das desigualdades sociais. A China cresce, há 27 anos, a uma taxa média de 9,6%, enquanto o Brasil e a África do Sul, a uma taxa aproximada de 2,5%, e a Índia, só depois de 2003, vem mantendo uma taxa próxima dos 8%. A China realiza anualmente investimentos públicos e privados da ordem de 30% e até 40% do seu PIB, enquanto no Brasil o investimento não passa de 20% do PIB. Com relação à Índia, esta hoje ainda está numa situação semelhante a da China, no início da década de 80, e seu boom econômico ainda não atingiu a agricultura, onde vive cerca de 60% da população indiana, e que cresce a uma taxa de 3,9%, bem abaixo da média nacional de 8.4%, em 2005. E as perspectivas para os próximos anos, são de que se mantenham estes diferenciais, com a Ásia crescendo à uma média 8% a 9% ao ano, e o Brasil e África do Sul a uma taxa média entre 3% e 4%. Apesar de que no Brasil, nos últimos anos, tenha havido também uma pequena diminuição nos índices de desigualdade social, graças ao aumento do valor do seu salário, por cima das taxas de

inflação, e graças também à suas políticas distributivistas do tipo assistencial ou emergencial.

Mas existe uma convergência muito importante entre estes países, a despeito das diferenças de suas estratégias econômicas, que é a prioridade que vem sendo atribuída pelos seus atuais governos, à promoção da inclusão e da equidade social. E neste sentido, se pode dizer que existe uma agenda de preocupações sociais comuns, entre estes países, com o combate a fome e a pobreza, e com a garantia da segurança alimentar, da saúde, do emprego, da educação, dos direitos humanos e de proteção ao meio ambiente. Uma vontade política que aparece de forma explícita na Declaração de Brasília, de 2003, constitutiva do Grupo IPSA, e nos seus documentos de trabalho posteriores, onde a Índia, a África do Sul e o Brasil se propõem cooperar e promover, conjuntamente, ações eficazes de combate a todo tipo de desigualdade, de defesa do meio ambiente, e de luta comum contra as grandes epidemias, do tipo da “gripe aviária” e do AIDS, entre outras que já ameaçam transformar-se em pandemias. Em todos estes campos, vem se consolidando uma agenda comum e uma vontade política de cooperação intergovernamental, no campo científico e tecnológico. E tem se ampliado o espaço de atuação das organizações não governamentais, presentes neste quatro países.

Saltando para uma perspectiva mais ampla, também é possível reconhecer que, na virada do século XXI, a nova geopolítica das nações tem trazido consigo uma grande mobilização social e política, a favor de transformações sociais e igualitárias das sociedades mais afetadas pelas mudanças do sistema mundial. Como já vimos, o mundo viveu uma era de euforia liberal depois de 1990, mas agora parece que está em curso uma nova era de convergência entre os movimentos de autoproteção nacional que questionem o status quo internacional, e os movimentos sociais que estão lutando contra a desigualdade, dentro de cada um destes países e regiões. O fim do apartheid e a democratização da África do Sul foi um momento emblemático dessa reversão, mesmo que depois de 1994, o governo do presidente Mandela tenha mantido a mesma política econômica do governo anterior, de corte ortodoxo e neoliberal. Numa perspectiva de longo prazo, entretanto, a mudança na África do Sul representou o fim do colonialismo europeu e o ápice da luta de libertação da África Negra. Por sua vez, depois de 2001, na América do Sul e no Brasil, os seus novos governos de esquerda estão se propondo reagir contra as políticas neoliberais e estão querendo realizar políticas mais igualitárias de transformação social. E todos os estudos internacionais reconhecem que o crescimento econômico da China e da Índia, como acabamos de ver, tem diminuído velozmente a miséria nestes dois países, mesmo quando as suas desigualdades sociais ainda sejam muito grandes.

Este retorno da “questão social”, junto com a “questão nacional”, nos anos recentes, relembra a tese clássica do economista austríaco, Karl Polanyi, sobre as origens da “grande transformação” igualitária das sociedades mais desenvolvidas, depois da 1ª. Guerra Mundial e da crise de 30. Segundo Polanyi, esta grande mudança da “civilização liberal”, que havia sido vitoriosa e incontestável no século XIX, aconteceu como consequência de uma tendência de todas as economias e sociedades liberais, que seriam movidas, simultaneamente, por duas forças contraditórias, de tipo material e social. A primeira delas, seria “liberal-internacionalizante”, e empurraria as economias e sociedades nacionais na direção da globalização, da universalização dos mercados “auto-regulados” e da desigualdade social. E a segunda, atuaria numa direção oposta, de “autoproteção das

sociedades e das nações” contra os efeitos destrutivos dos mercados auto-regulados, que ele chamou de “moinhos satânicos”. No caso dos países europeus, sobretudo no século XX, estes dois movimentos de autoproteção – nacional e social - convergiram sob a pressão externa das duas Grandes Guerras Mundiais, da crise econômica da década de 1930, e depois, da própria Guerra Fria, criando um grande consenso social a favor das políticas de crescimento econômico, pleno emprego e bem estar social, consideradas heréticas até então, pelos liberais. Fora da Europa e dos Estados Unidos, entretanto, este “duplo movimento” de autoproteção nacional e social, raramente aconteceu de forma convergente, pelo menos até o final do século XX, talvez porque estes países e regiões não tenham enfrentado os desafios externos que acabaram solidarizando suas elites com suas populações nacionais, até por uma razão de necessidade mútua. Karl Polanyi não previu a “restauração liberal-conservadora” dos mercados auto-regulados, que ocorreu depois de 1980. Nem poderia ter previsto, portanto, que no início do século XXI, pudesse estar se generalizando uma reação contra os efeitos destrutivos e “desigualizantes” das políticas neoliberais, das duas décadas anteriores. Assim mesmo, acumulam-se as evidências de que está em curso um movimento, cada vez mais amplo e universal, a favor da democracia e da igualdade social. Uma espécie de retorno do mundo do trabalho e dos excluídos, depois de três décadas de supremacia incontestável do mundo do capital. A grande novidade, entretanto, é que neste início de século, o movimento de “autoproteção nacional e social” está começando pela periferia do sistema mundial, e está ocorrendo sem a existência prévia de guerras e destruições massivas. Por isto, se esta tendência se confirmar e se ampliar, não é impossível uma convergência entre as sociedades civis e os governos da China, da Índia, do Brasil e da África do Sul, para liderar um grande projeto de redistribuição mais igualitária do poder e da riqueza oligopolizados pelas Grandes Potências, dentro deste sistema mundial criado pelos europeus, exatamente no momento em que conquistaram, submeteram e conectaram a Ásia, a África e a América, a partir do século XVI.